

COM A PALAVRA

Mário Maestri



FOTOS: RENATO SEERIG

A dívida externa é a forma de espoliação das nações

O historiador gaúcho Mário Maestri, natural de Porto Alegre, também conhecido pela sua militância de esquerda, é professor do curso e da pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF) desde 1996. Maestri iniciou seus estudos de História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em 1970, tempo de repressão, refugiou-se no Chile onde prosseguiu seus estudos no Instituto Pedagógico da Universidade de Chile e, a seguir, na Bélgica, local em que concluiu a graduação em Ciências da História na Universidade Católica de Louvain e, posteriormente, seu pós-doutorado, em 1990. De retorno ao Brasil em 1977, trabalhou entre outras universidades, na Fundação Universidade de Rio Grande (FURG), Pontifícia Universidade Católica do RS (PUC-RS) e UFRGS.

*Aos 57 anos, Maestri é autor de mais de 30 livros publicados no Brasil, Itália, Bélgica e França. Membro das direções nacional e regional do Partido Socialismo e Liberdade (P-Sol), ele diz que o Brasil está sem uma alternativa real de esquerda, já que o P-Sol ainda é uma proposta embrionária, e acredita que o país não conseguirá seu pleno desenvolvimento sem rever o pagamento da dívida externa. Na entrevista que concedeu ao **Jornal da SEDUFSM**, quando esteve em Santa Maria para participar das comemorações dos 16 anos da Seção Sindical, Maestri traçou um panorama do cenário político e eleitoral que iremos vivenciar em 2006.*

PERGUNTAS & RESPOSTAS

Pergunta - Pesquisas recentes apontam José Serra como o único candidato à presidência capaz de superar Lula no segundo turno. Como o senhor avalia o fato de apesar de tantas denúncias atingirem o governo Lula, ele ainda ter uma grande popularidade para as eleições do ano que vem?

Resposta - Apesar de praticamente três anos de política neoliberal que o governo Lula da Silva mantém, o relativo apoio eleitoral que ainda possui se deve a uma série de fenômenos, entre eles se destaca o fato de que a população, logicamente, não tem nenhuma confiança na oposição burguesa, na oposição conservadora tradicional. Essa população fez uma experiência durante oito anos com o governo Fernando Henrique Cardoso e intui, com razão, que um governo Serra vai ser uma continuação, certa-

mente aprofundada, do governo de Lula (FHC). A segunda razão é que as enquetes eleitorais estão sendo feitas após o breve e pífio ciclo expansivo da economia brasileira, que ocorreu após o ciclo recessivo de 2003. Neste momento breve, do chamado ciclo virtuoso que se mostrou, se comprovou como um verdadeiro voo de galinha. A tendência é essa população desmobilizada, desinformada, golpeada por duas décadas de uma expansão econômica medíocre, manter uma certa confiança nesse projeto. Entretanto, eu espero ainda uma queda maior nos próximos meses do apoio e da confiança ao governo Lula. Nós tivemos no terceiro trimestre de 2005 uma queda do PIB inesperada de 1,3%, e nesse último trimestre está se apontando igualmente para mais uma recessão, ou seja, nós saímos rapidamente desse ciclo ex-

pansivo e entramos em um ciclo depressivo. Isso vai significar uma queda de salário e desemprego. Mas o fato é que não existe uma alternativa. O grande elemento dessa manutenção de um certo apoio eleitoral ao governo Lula é a falta de uma alternativa de esquerda, uma alternativa que a população possa acreditar. É devido a essa falta, a essa ausência, que nós podemos compreender até mesmo nas expectativas eleitorais de uma Heloísa Helena que vão de 6% a 10% nas grandes cidades. Mas, como nós sabemos, o P-Sol é uma proposta muito embrionária, centrada sobretudo nos setores do funcionalismo público, sem um lastro popular profundo, sem raízes nos núcleos centrais da classe operária, o que dificulta que isso se transforme em uma alternativa real.

P - Entre PSDB e PT é possível acreditar que o PT possa representar a esquerda?

R - Não, quanto a isso já não há objetivamente mais nenhuma dúvida, nem mesmo os últimos 'defensores profissionais' do governo Lula acreditam em poder apresentá-lo como um governo de esquerda. O governo está se concluindo e os resultados desse governo de "esquerda" são patéticos. Prosseguiu de uma forma extremamente violenta a desnacionalização da indústria no Brasil; a fragilização da classe operária; a falta de assistência à população em todos os níveis, na educação, na saúde, no lazer, na cultura. O Brasil prosseguiu de uma forma terrível, a perda de controle das próprias elites políticas sobre o país é um fenômeno absolutamente novo que está se aprofundando nos últimos 20 anos e, sobretudo, nos últimos 12 anos e, que, nesse governo Lula continua. Tanto que o Banco Central se encontra hoje nas mãos de um preposto do capital financeiro internacional e é efetivamente o capital financeiro internacional que dita as

políticas para o Brasil.

P - Qual a diferença entre o P-Sol e o PSTU?

R - Na realidade, o PSTU é uma expressão de setores radicalizados das classes médias empobrecidas. É um grupo de origem plebéia que apesar de alguns traços, alguns segmentos de representação da classe trabalhadora, mantém fundamentalmente esse seu caráter plebeu radical. O PSTU é uma organização fundamentalmente sindicalista. O P-Sol, ao contrário, é uma organização que expressa sobretudo os segmentos profissionais assalariados da classe média, do funcionalismo público assalariado e uma vocação eleitoral muito forte. Eu acredito que um dos grandes problemas da esquerda brasileira é exatamente a não confluência desses setores isolados da esquerda classista como o PSTU, o P-Sol e o MST.

P - A dívida externa é um dos entraves para o desenvolvimento do país. O não pagamento dessa dívida é uma bandeira do P-Sol?

R - A dívida externa através do mundo é a grande forma de espoliação das nações e do mundo do trabalho. Hoje, o capital já não tem nem mesmo a necessidade de produzir e vender a sua produção para realizar essa exploração. Ele exerce essa exploração sob a forma financeira. Não importa como vai a economia, pois tem que receber o juro sob o capital determinado. Essa crise que o Brasil vive, crise tendencialmente estagnante desde o início de 1980, se deve a que todos os governos que se seguiram ao final do governo (Ernesto) Geisel se dedicaram ao pagamento incondicional da dívida. Então, sem a ruptura do pagamento da dívida não há possibilidade de desenvolvimento. A bandeira quando da fundação do P-Sol, a proposta programática do P-Sol era na rejeição da dívida externa e interna. Atualmente, há propostas de discussão de suspensão do pagamento dos juros da dívida e de discussão de novas formas do pagamento das dívidas internas, que é uma política que eu julgo como militante do P-Sol extremamente incorreta e, que se prosperar, significa a liquidação de uma solução estrutural para o país.

P - O senhor acredita que as eleições de 2006 irão colaborar para o crescimento do P-Sol?

R - Eu acho que sim e de uma forma impressionante. Acredito que o P-SOL, no rastro, sobretudo da Heloísa Helena, vai ter a possibilidade de votações significativas. O importante é que essas votações se transformem em movimento da população, dos trabalhadores, em organização e em luta anti-capitalista, classista, contra essa situação.

P - Em relação à crise política, que

análise faz do resultado das CPI's e de todas as denúncias de corrupção que surgiram dentro do governo Lula e do PT?

R - Na realidade houve uma grande confusão em tudo isso. Uma confusão que as chamadas elites desse país se mobilizaram para que se mantivesse. O que ocorreu no Brasil com o mensalão não é um problema de corrupção. Praticamente todos os governos tiveram um nível maior ou menor de corrupção, apesar de nos últimos anos estarem usando essa prática exponencialmente. O que houve foi a compra de deputados para a aprovação de determinadas gestões administrativas, da gestão parlamentar e governamental do país. Isso fora feito em forma episódica quando da votação da emenda constitucional para a reeleição do Presidente da República (FHC) e em forma sistemática durante o governo Lula. Trata-se de um rompimento total da mais ínfima institucionalidade do país e equivale a um verdadeiro golpe, porque na realidade é uma violação da própria gestão-democrática-burguesa. Isso exigiria, caso fosse comprovado, como foi, o questionamento imediato, a acusação constitucional imediata de Lula da Silva e do seu paladino, José Alencar, que como nós vimos se envolveu igualmente nessa atividade. Todavia, por um lado houve um veto do capital financeiro internacional e do grande capital brasileiro à acusação de Lula e de Palocci. O capital deixou claro que não poderia se colocar em discussão nem Lula, nem Palocci. Por outro lado, os grandes impulsionadores dessa denúncia, o PSDB e o PFL, também não tem interesse em transformar isso em uma devassa profunda e sistemática porque eles sabem que estão envolvidos igualmente neste processo. A grande frustração foi que a classe trabalhadora, a população democrática, os trabalhadores de forma geral do Brasil não se envolveram, não interferiram nesse processo, permitindo que as chamadas elites resolvessem esse problema. Eu não sei se houve um avanço de consciência dos trabalhadores. Apenas os próximos tempos é que vão nos

dizer isso, pois, se tivesse ocorrido efetivamente esse avanço de consciência, certamente os trabalhadores, a população democrática, teria agido nesses acontecimentos.

P - As novas regras propostas para nortear as campanhas eleitorais podem ajudar no controle da corrupção ou são medidas superficiais?

R - Logicamente que não. As chamadas elites políticas, os donos da riqueza e do poder ou os representantes dos donos da riqueza e do poder estão, sobretudo, preocupados em criar uma legislação em que a população possa intervir o mínimo possível nas atividades políticas e uma legislação que o mundo político institucional não fique exposto a essas possibilidades de sucesso que colocam em perigo toda essa dominação.

P - A ALCA é um assunto polêmico e fortemente combatido pelos partidos de esquerda. O senhor acredita que um plebiscito seria uma forma mais democrática de definir essa questão?

R - Na realidade o recurso ao plebiscito, às atividades plebiscitárias, são uma forma de democracia. É uma forma de democracia com todos os limites de uma situação em que os meios de comunicação se encontram na mão do capital, em que as perguntas plebiscitárias são colocadas não pela população, mas por aqueles que organizam esse plebiscito. Mesmo assim, o plebiscito é uma forma de pronunciamento e de expressão da vontade da população, tanto que se viu esse resultado paradoxal, mas que ex-

pressou de certa forma o que a população pensa e quer sobre essa realidade neste momento. É certo que a ALCA era uma questão a ser colocada como plebiscito, no entanto, a ALCA é uma proposta orgânica e, mesmo diante da certa rejeição da população brasileira por essa adesão, ficariam abertos inúmeros outros caminhos para essa submissão crescente da economia nacional aos interesses internacionais. Um exemplo disso é o esforço do (Antonio) Palocci, do (Fernando) Rodrigues (ministros da Fazenda e Agricultura, respectivamente), no sentido de negociar com a União Européia e com os Estados Unidos a redução das barreiras alfandegárias para os produtos primários do Brasil, sobretudo a agricultura nesses países, em troca da redução da defesa alfandegária da produção industrial brasileira. Essa proposta é absolutamente indecente porque, por um lado, expressa o crescimento nos últimos anos da agroindústria no Brasil, uma indústria controlada pelo grande capital e pelo latifúndio e, por outro lado, a fragilização dos setores industriais no Brasil. Uma proposta como essa nos aponta no sentido do retorno a uma colônia, uma era colonial não mais dominada pelo escravismo, mas dominada pelo capitalismo, onde o Brasil viveria e se especializaria nessa divisão internacional do trabalho em produtos primários e, o filé da produção, aquele que produz trabalho, aquele que produz possibilidade de autonomia e de controle, ficaria na mão dos grandes capitais. Isso não tem nada a ver com a ALCA e é um efeito igual ao efeito da ALCA.

